



11^o ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

Boletim Rede de Estudos Rurais

ANO 12 - NÚMERO 50 - DEZEMBRO/2024



Rua Evaristo da Veiga, 47, sala 902, centro
CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/0001-39

  redesrurais  redesrurais.org.br

Mensagem da Diretoria

Cara/o(s) Associada/o(s)

O 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais vem aí!

O próximo encontro da Rede está em plena preparação e irá ocorrer em Vitória da Conquista/BA, entre os dias 1 e 5 de setembro de 2025. O tema do evento é: (In)justiça social e ruralidades em tempos de emergências climáticas. As submissões de propostas de Grupos de Trabalho estão abertas até o dia 10/01/2025, e o edital completo pode ser acessado em: <https://redesrurais.org.br/edital-001-2024-chamada-para-submissao-de-tematicas-grupos-de-trabalho/>

Convidamos a todas/os submeterem suas propostas de GT, prepararem seus artigos e nos ajudarem a divulgar o encontro!

Em sintonia com o tema do encontro, neste boletim propomos um debate sobre as emergências climáticas. Com textos de Dalva Maria da Mota e Sérgio Sauer, a Seção Opinião tem estimulado reflexões a partir de diferentes pontos de vista sobre temas contemporâneos e de grande importância para as ruralidades brasileiras.

Já a seção Leitura Recomendada é assinada por Livio Sérgio Dias Claudino e traz a indicação de uma obra que aborda de maneira multidisciplinar a dinâmica regional da Amazônia. O boletim traz ainda a divulgação de eventos e publicações da área.

Com a chegada da primavera e das chuvas veio também uma trégua nas secas e nas queimadas extremas que castigaram grande parte dos biomas e da população brasileira. No contexto político global, a liderança do Brasil no G20 apresentou saldos positivos como o

fortalecimento da cooperação internacional, especialmente, para o mundo atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e consolidar uma Aliança Global contra a fome e a pobreza.

Que sejam esperanças para enfrentarmos os desafios presentes e futuros dos eventos extremos e das profundas desigualdades globais, o que necessariamente passa pelo mundo rural. Por isso, que sejam cada vez mais debatidos e apresentados nos espaços da Rede.

DIRETORIA

Mireya Valencia Perafán (UnB)
Silva Aparecida Zimmermann (UFRRJ)
Henrique Carmona Duval (UFSCar)
Roberto de Sousa Miranda (UFAPE)
Paulo Rogers da Silva Ferreira (IMS/ UFBA)

CONSELHO FISCAL

Alfio Brandenburg (UFPR)
Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCEG)
Washington Ramos dos Santos Junior (UESB)

CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL

Arilson Favareto (UFABC)
Betty Nogueira Rocha, brasileira (UFRRJ)
Catia Grisa, brasileira (UFRGS)
Cimone Rozendo de Souza (UFRN)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazonia Oriental)
Flaviane de Carvalho Canavesi, (UnB)
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz (UnB)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Leticia Andrea Chechi (UFRB)
Lívio Sérgio Dias Claudino (Unifesspa)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Ramonildes Alves Gomes (UFCEG)
Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Leitura Recomendada

Por **Lívio Sérgio Dias Claudino** (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa))

Construído em perspectiva multidisciplinar, e com a proposta de se tornar referência em estudos de dinâmicas regionais, o livro *Amazônia: a região de Carajás*, lançado pela editora do NAEA, da UFPA, em junho de 2023, sob a organização do prof. Maurílio Monteiro, consegue reunir em um mesmo projeto geógrafos, economistas, antropólogos, sociólogos, historiadores, agrônomos, veterinários, zootecnistas, juristas, biólogos, arquitetos e muitos outros, seja com formação consolidada ou jovens pesquisadores, além de alguns em processo de formação.

Em seus 32 capítulos, divididos em sete partes, e mais de 700 páginas, consegue abarcar múltiplas dimensões para o entendimento da realidade presente, pretérita e prospectar o futuro de uma das regiões do Brasil que abriga enorme complexidade socioantropológica, ecológica, geográfica, política e histórica, sendo chave para pensar o país e o continente americano. Conforme prefacia Carlos Antônio Brandão, por se tratar de uma “abordagem regionalizada histórico-estrutural, a escala regional é tomada como mediação, lócus de contraposições persistentes e disputas vívidas entre as pautas hegemônicas - que são dotadas de poder assimétrico - em sua relação contraditória com as outras perspectivas, sentidos, representações, modos de existência, resistências e lutas (...). [os autores buscam apreender] as ações plurais de sujeitos, os exercícios concretos dos poderes concentrados dos agentes dominantes, ao mesmo tempo em que não negligencia as forças autonômicas e heteronômicas e suas experimentações”.

Em seus primeiros capítulos, o livro aborda temas teóricos e metodológicos para pensar a região, propondo grades analíticas instigantes, avançando para os temas da história, incluindo a formação e os



À direita, professor Lívio Sérgio Dias Claudino.



processos catalizadores de transformações significativas como garimpo, guerrilha e as diferentes frentes de colonização. Se debruça ainda sobre a questão econômica, indo desde a macroeconomia, temas teóricos e estudos sobre políticas públicas e padrão de acumulação capitalista, em perspectiva crítica. Apresenta pesquisas sobre a questão da urbanização amazônica, com foco nas dinâmicas de fronteiras, cidades, vilas, mídia, saneamento e pobreza, de forma a constituir um referencial crítico do desenvolvimento regional.

Outro trecho se dedica aos estudos de temas como ensino, letramento e propostas de educação com foco nas experiências, baseados em Paulo Freire e Boaventura Santos. Na parte destinada aos estudos agrários, encontramos textos sobre as trajetórias tecnológicas que configuraram os espaços, produção animal, ônus ambiental e paradigma agroflorestal como perspectiva. Finalizando, os capítulos discutem temas de paisagens e a questão hídrica, conduzindo a reflexões sobre processos de expropriação territorial. A obra é muito oportuna para o momento, fomentando os debates em torno da COP 30, tanto para os pesquisadores da Amazônia quanto para quem pretende conhecer mais sobre a região que será palco do evento em 2025.

Opinião

Por Dalva Maria Mota (Embrapa Amazônia Oriental)

Emergência climática na mesa: a ameaça do prato vazio

Estudos e relatos sobre mudanças alimentares são frequentes na Amazônia, região megadiversa, mas com baixos índices de segurança alimentar no Brasil. A situação ocorre num contexto de mudanças climáticas e de transformações econômicas e socioambientais decorrentes do sistema agroalimentar contemporâneo integrado ao mercado internacional. No Pará, comunidades tradicionais têm sofrido com secas severas, redução de chuvas e aumento de temperatura. Para compreender a situação, privilegiamos contextos específicos – quilombos no Nordeste Paraense – onde coordeno um grupo de pesquisa-ação nos últimos anos.

Famílias quilombolas no Pará vivenciam pressões exógenas que limitam o acesso aos recursos alimentares (privatização da terra, poluição das águas e redução das florestas) e a dependência de políticas de transferência de renda que influem na adoção do consumo de produtos industrializados e no afastamento do viver tradicional, o que tem consequências na redução da diversidade alimentar e na necessidade de dinheiro para garantir a alimentação. As compras mensais mudam hábitos tradicionais, ainda que persista a produção para o autoconsumo, especialmente da mandioca para a farinha, porque, “sem ela, não tem comida”. Com tal importância, a mandioca revela-se uma resistência que alia tradição e orgulho. Mas como lidar com o comprometimento da sua produção ante a redução e a imprevisão das chuvas?

A questão tem novos contornos nos últimos anos, apontam quilombolas de Jacarequara, Camiranga, Bela Aurora e Pimenteiras no

Nordeste Paraense. A “sequidão tem matado a roça”, esgotado os poços, o que exige que as mulheres caminhem, cada vez mais, para lavar pratos e roupa nos minguados rios que agora permitem a travessia a pé e têm poucos peixes. Nos quintais, lar de fruteiras e hortas, elas acompanham as plantas jovens clamarem por água e o açaí, “munhecar”, “perder a carne” e render à metade. Ora, em um contexto de tendência do aumento das quantidades de consumo de alimentos industrializados e de crise na produção daqueles alimentos considerados primordiais para os paraenses, como a tríade farinha-açaí-peixe, a situação de segurança alimentar agrava-se, e há preocupação com o futuro.

Se, há poucos anos, a exaustão e a pouca terra, os impedimentos de acesso às florestas e a diminuição dos peixes estavam na pauta das dificuldades, a questão da água agora assombra e obriga as pessoas a revisar as suas experiências, mas a tradição ainda não conhecia tal gravidade. Uma delas disse: “A gente vai precisar é de cisterna”; e uma outra: “Vai precisar é de irrigação”. Eu, como sertaneja nordestina, rememorei as experiências frustradas de irrigação no Nordeste e pensei: com qual água?

O processo de transição alimentar, aliado à “sequidão” nas comunidades, é complexo e evidencia a desproporcionalidade nas condições de produção de alimentos nos territórios e a ausência do Estado para apoiar as diferentes inseguranças. A situação não apaga, porém, o movimento, especialmente das mulheres, para articular soluções desde e para as comunidades. A temática das mudanças climáticas será central nas comemorações no dia da Consciência Negra, junto com as festas tradicionais e os jogos de bola que mantêm a teia da coletividade pulsante num contexto de dificuldades extremas, onde a reciprocidade, e não o mercado, ampara as relações. Para construir soluções que garantam a essas comunidades a farinha, o peixe e o açaí no prato, ora ameaçados, lanço o convite para a escuta dos relatos e uma ação coletivamente construída.

Opinião

Por Sérgio Sauer (Universidade de Brasília (UnB))

Mudanças climáticas: medidas urgentes em cenários apocalípticos para além do negacionismo?

O Acordo de Paris ficou famoso porque, depois de mais de vinte encontros anuais, os países signatários firmaram o compromisso de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, como medida para evitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5 graus acima da média pré-industrial. Além de medidas insuficientes firmadas em 2015, as acordadas não foram cumpridas pela maioria dos países, resultando em constantes fracassos nas negociações das COPs, inclusive da 29ª recém realizada em Baku, e na ocorrência de eventos climáticos extremos nos últimos anos.

Apesar dos eventos climáticos extremos recentes – a exemplo de enchentes no Rio Grande do Sul, no deserto do Saara e na Espanha –, e do aumento das temperaturas médias com 2024 registrando 1,5°C acima do nível pré-industrial –, foram frustradas as expectativas de avanços nas medidas de mitigação por parte dos países, especialmente dos principais emissores, aumentando o descrédito e a sensação de catástrofe! As possibilidades de desastre foram, infelizmente, ampliadas com a eleição de Trump, não só por ser um negacionista climático declarado. As catástrofes se avizinham, pois, a vitória eleitoral foi alcançada também devido a promessas de acabar com as poucas medidas adotadas pelos Estados Unidos, o segundo maior emissor global de gases do efeito estufa.

Em nível global, (im)possíveis acordos políticos entre os países empurram na direção de cenários apocalípticos. No entanto, é fundamental ter claro que o negacionismo climático não se sustenta e a destruição do planeta ainda não alcançou ‘o ponto de não retorno’ – pelo menos, não do ponto de

vista global – e o aquecimento do planeta é um desafio que deve e pode ser enfrentado, mas com urgência. Nesse cenário de urgência e possibilidades, o Brasil volta a ter papel político relevante, que não está restrito à meta ou novos compromissos assumidos de reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, tomando como base os níveis de emissões de 2005. As primeiras reações à essa meta foram, de um lado, a considerando como uma importante retomada de medidas ambientais, mas por outro, como insuficiente, pois é preciso fazer mais para diminuir o ritmo do aquecimento global!

Após níveis alarmantes de crescimento do desmatamento e de queimadas, especialmente durante o governo negacionista, o Brasil registrou a maior queda na emissão de gases de efeito estufa dos últimos 15 anos. Em 2023, emitiu 2,3 bilhões de toneladas de gás carbônico, um índice ainda muito alto, mas com uma redução de 12% nas emissões em relação a 2022. O Brasil ainda é o quinto maior emissor global, atrás da China, Estados Unidos, Índia e Rússia, mas houve uma queda de 24% nas emissões causadas pelo desmatamento, resultado obtido principalmente pela redução na devastação da Amazônia.

É fundamental destacar que o Brasil é o quinto emissor devido, fundamentalmente, às mudanças no uso da terra. Essas mudanças, incluindo o desmatamento, são responsáveis por 75% das emissões de gases de efeito estufa. A segunda causa, também associada ao desmatamento, são as atividades agropecuárias, responsáveis por 69% das emissões brasileiras. Essas desvelam tanto o erro do Ministério da Agricultura brasileiro de requer o adiamento como a decisão do Parlamento Europeu em adiar por um ano a implementação das regras de importação de produtos livres de desmatamento.

Além disso, a preocupação com a Amazônia é fundamental e a redução da taxa nacional de desmatamento em 2024 é importante. De acordo com dados do Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais (Inpe), a queda foi de 30% do desmatamento na Amazônia Legal, significando a destruição de uma área de mais de seis (06) milhões de hectares entre agosto de 2023 e julho de 2024.

Essa boa notícia transcendeu a Amazônia, pois a taxa de desmatamento no Cerrado caiu 25,7% em 2024. Isso significou a emissão menor de 41,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). Infelizmente, essa primeira queda no desmatamento desde 2019 foi precedida de uma destruição recorde, pois

o Cerrado foi o bioma mais desmatado em 2023. 61% do desmatamento total do país, mais de um milhão hectares desmatados, foi no Cerrado.

Negando o negacionismo e prestando a atenção à urgência climática, esses dados explicitam a necessidade de conter a expansão da fronteira agrícola e investir em políticas de desenvolvimento, efetivamente menos predatórias e socialmente justas no campo brasileiro.

Publicações de livros e dossiês em revistas

clique nos títulos para acessar os links

Revista “Desenvolvimento em Questão” (Unijuí):

Edição Especial - Abordagem territorial do desenvolvimento: gênese, base epistêmica e enfoques teórico-metodológicos convergentes



Este texto tem um triplo propósito: primeiro, introduzir o debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento, apresentando argumentos de alguns autores e princípios que possam ser considerados balizas de um corpus teórico sobre desenvolvimento com enfoque territorial; segundo, referir-se a um conjunto de

artigos, submetidos neste número da Revista Desenvolvimento em Questão, que tratam da abordagem territorial do desenvolvimento, destacando sua contribuição no debate do tema; terceiro, rememorar um conjunto de correntes teóricas que tenham convergência com a concepção de desenvolvimento territorial. Metodologicamente, portanto, trata-se de um texto com características tanto de ensaio, se considerarmos seu primeiro propósito, quanto descritivo-bibliográfico. O acesso a este artigo pode servir como guia de orientação e estímulo para a leitura dos demais artigos desta edição, além de evidenciar uma diversidade de eixos temáticos úteis para o aprofundamento do tema abordagem territorial do desenvolvimento.

Relatório “Inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano 2023-2024”

Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva Rural, iniciativa do Cebrap Sustentabilidade, lança relatório 2023-2024.



Com o agravamento da crise climática e o aprofundamento das desigualdades em diferentes países, tem se discutido a necessidade de uma transição justa, sustentável e inclusiva. Por conta das condições diferenciadas que o Brasil apresenta, há um reconhecimento amplo de que as mudanças que precisam ocorrer nos próximos anos constituem uma oportunidade valiosa para modificar o modelo de desenvolvimento do país, tanto em termos do seu lugar na economia global como na inserção da população historicamente excluída, ou inserida de maneira precária no mundo do trabalho. Nesse debate, as áreas rurais são tipicamente entendidas de maneira restrita, como o espaço para o desenvolvimento agrícola, fundamental para a balança comercial do país. No entanto, pouco se discute sobre o papel das áreas rurais no enfrentamento às desigualdades e na geração de oportunidades para a inclusão produtiva.

Livro “Transición digital en agricultura y políticas públicas en América Latina”

Editores: Jean-François Le Coq, Frédéric Goulet, Federico Bert, Jelle Van Loon, Deissy Martínez-Baron



“Al reunir estudios de América Latina sobre el desarrollo de tecnologías, el fomento de políticas y sus resultados efectivos obtenidos en la aplicación de la agricultura de precisión y digital a los cereales, las plantas perennes y la ganadería, este libro será de gran utilidad para diferentes públicos. Los conocimientos que contiene interesarán a académicos, responsables públicos y privados y productores emprendedores. Por la forma en que su contenido está magistralmente organizado y presentado, este libro surge como un parteaguas en este tema, y será fundamental para renovar los lazos entre la ciencia, el espíritu empresarial y las políticas públicas, los tres pilares que han sostenido la agricultura brasileña eficiente y competitiva durante décadas.”

**ESPERAMOS VOCÊS NO 11º ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS RURAIS!**

1 A 5 DE SETEMBRO | VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



**(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas**



Associe-se à Rede de Estudos Rurais!

Agora a Rede está com facilidade e novas formas de pagamento para as anuidades dos associados.

Esta é uma ótima oportunidade para você colocar a anuidade em dia, pois estamos com a opção de parcelamento do valor no cartão de crédito e pagamento via PayPal para pessoas que residem fora do Brasil.

Também temos outras opções de pagamento, como:



PayPal



Pix



Cartão de crédito



Casas lotéricas

Boleto bancário

A Rede de Estudos Rurais deseja a todos os sócios, sócias e a quem nos acompanha que o novo ano que vem chegando seja de muitas trocas, aprendizados e, acima de tudo, de continuidade da luta por justiça no meio rural.

Seguimos animados com as novidades que vem por aí!



Rua Evaristo da Veiga, 47, sala 902, centro
CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/0001-39

  [redesrurais](https://www.facebook.com/redesrurais)  [redesrurais.org.br](https://www.redesrurais.org.br)